

Observações sobre a hiperinflação e o sistema de preços

06 SET 1991
GAZETA MERCANTIL

Emílio Carrazzai*



Em agosto de 1988, poucos dias antes de ir para o exterior, numa reunião de diretoria do Banorte, tive a oportunidade de fazer uma análise, não propriamente otimista, do que via à frente da economia nacional: o dragão da maldade, a hiperinflação, aguardava em algum ponto da estrada adiante. O cenário era outro, a economia parecia ter um ímpeto irreprimível de crescimento — se apenas o governo atrapalhasse menos — e, paradoxalmente, acreditava-se que o santo guerreiro, este mesmo governo pouco bendito, poderia acabar assestando um golpe preciso, letal, vencendo o dragão para sempre.

É verdade, já se viam então os indícios claros de instabilidade crescente, sobretudo os sinais de disfunção advindos do sistema de preços relativos. Os congelamentos criam rentabilidades (positivas e negativas) artificiais e tornam a recomposição das margens caótica. O sistema de sinalização de preços sai fora da faixa de auto-regulação e os agentes econômicos não conseguem mais prever os custos futuros de reposição dos estoques, sobre os quais assenta todo o processo de sobrevivência do negócio. Com a moeda-padrão desacreditada, o agente econômico tenta antecipar-se ao seu fornecedor, num esforço de desvendar que moeda ele finalmente virá a utilizar na formação do preço da próxima venda.

Para usar de uma analogia, tudo se passa como se, num microcomputador, você tivesse um problema de "sujeira" na memória real, onde residem os arquivos utilitários com os quais você realiza os seus trabalhos aplicativos. Quando isso acontece no micro, você dá um "reset", zera a memória e começa a partir do ponto em que estava, somente que, desta feita, com a memória limpa. No entanto, uma pergunta: como "limpar" a memória do sistema econômico de um país, naquilo que ele tem de mais fundamental, que é a sua capacidade de engendrar, endogenamente, os preços relativos que vão presidir trocas e transações de bens e serviços? Outra: como acabar com os preços "malucos" que avançam sobre os salários; que debilitam a competitividade das empresas; que geram incertezas e, por via de consequência, provocam inflação?

A pesquisa acadêmica já avançou bastante sobre este tema, e as opiniões aglutinam-se mais ou menos em torno de duas vertentes: na primeira, há os que acreditam que somente o duelo final, predestinado e inexorável com a hiperinflação pode zerar a memória do sistema de preços, restabelecendo tudo pelo caminho de maior custo social, que é o da destruição dos valores pela própria via hiperinflacionária. Os adeptos desta corrente de opinião comportam-se mais ou menos como os oncologistas céticos que, diante de um paciente com câncer terminal, tentam as

terapias as mais desesperadas, não importa quão truculentas. Por isso, só para lembrar, Mailson da Nóbrega afirma que diante de uma inflação de 20% ao mês não há ministro que resista à imposição de um choque econômico.

A variante mais recente deste grupo de analistas pretende mimetizar certos efeitos da hiperinflação, apenas os purgativos, tentando evitar os terríveis efeitos secundários do processo. O exemplo mais recente desta lavra é a proposta da "dolarização", porque ela é, afinal, um dos fenômenos padrões de todas as hiperinflações: refúgio numa moeda forte.

Na segunda vertente estão os que imaginam a hiperinflação como evitável, que julgam absurdo que pessoas sensatas marchem bovinamente para o matadouro, e que a solução para a desregulação do sistema de preços é "importar" uma memória nova. Se o sistema doméstico de preços entrou em colapso, importa-se o sistema de preços do mercado internacional, que é tecnicamente mais eficiente. A prescrição neste caso é de uma abertura radical para o exterior, com alíquotas o mais baixo possível, de sorte a forçar a recomposição de custos, margens e preços, de modo competitivo. Jeffrey Sachs, dentre outros, é um ardoroso defensor dessa abordagem.

Enquanto o Brasil descamba irrefreavelmente pelo caminho da hiperinflação, outros países tomam caminho alternativo. Chile, Bolívia e México, guardadas as enormes disparidades econômicas e políticas, alcançaram concertar algum pacto interno articulado com abertura externa. Mais recentemente, os acontecimentos no Leste europeu trouxeram à cena a enorme inflação da Polónia. Lá, com a ajuda do próprio Jeffrey Sachs, a economia polonesa segue a fórmula radical da abertura escancarada para o exterior.

O caso da Polónia é tão mais impressionante quanto as questões elementares para um país razoavelmente capitalista — como a existência de um sistema de contabilidade, a regulamentação da propriedade, um mercado de capitais, uma cultura de administração empresarial —, lá, inexistem. Há acontecimentos patéticos. Milhares de empresas das quais o governo se desfez pela expressão simples da renúncia à propriedade, sob o argumento de não poder mais arcar com suas ineficiências, estão sob a guarda de trabalhadores que, subitamente, também percebem não nutrir interesse em possuí-las.

A privatização, por sua vez, é igualmente penosa, porque dentre outras dificuldades não há informações que permitam ao mercado, e aos possíveis interessados, aferir o valor dessas empresas.

Voltando o foco para o momento brasileiro, também impressiona o atoleiro em que se encontra a discussão dos problemas nacionais. Veja-se o exemplo de uma manifestação emblemática, recente. Partiu do respeitabilíssimo, insuspeitíssimo Barbosa Lima Sobrinho, cuja reflexão, usualmente culta, acaba de tropeçar fragorosamente numa questão econômica

elementar, ao jogar o peso monumental de sua opinião contra a privatização da Usiminas. Tristemente, não ocorre ao ilustre jornalista que, por mais chocante possa parecer, uma empresa vale o que o mercado está disposto a pagar por ela e não o seu custo de implantação. Preço justo, portanto, é o que o mercado paga por derradeiro; não há outro.

Nem lhe ocorre, muito menos, a constatação que os britânicos fizeram para desfazer-se de suas estatais. Mais que os custos aparentes, visíveis, das estatais, a Grã-Bretanha verificou que interessa à sociedade, muito mais,

livrar-se da parte submersa do iceberg, dos custos invisíveis que interpenetram os vários níveis do Leviatã governamental.

É isso: se uma sociedade não consegue assegurar ao governo um ambiente asséptico pelo qual ele possa realizar as cirurgias necessárias à redução da sua ineficiência (a gangrena), este governo acaba tendo de morrer de hiperinflação (a septicemia). Como, é claro, a sociedade é que haverá de pagar, resta uma pergunta: de quem terá sido a responsabilidade?

* Diretor de Planejamento e Marketing do Banco Banorte S.A.